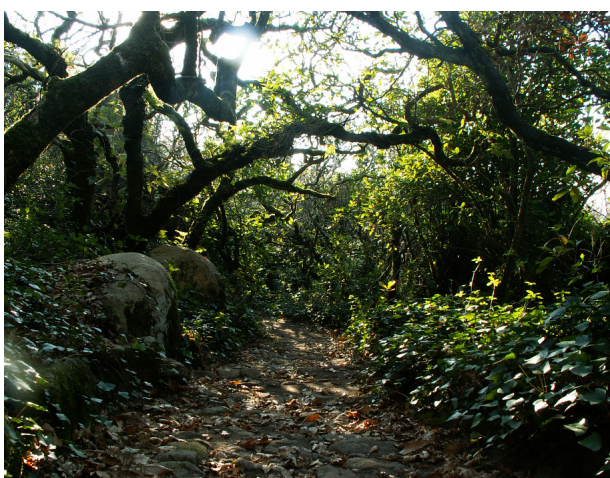


CAAL – Clube de Actividades de Ar Livre

## SINTRA - ROMÂNTICA

18 de Maio de 2008



Actividade realizada por Rui e Manuela Queirós

## SERRA DE SINTRA

Situada junto ao litoral, no extremo ocidental da Europa, a Serra de Sintra beneficia de um clima muito temperado e húmido, favorável ao desenvolvimento de um exuberante manto vegetal.

De origem eruptiva, destaca-se na plataforma litoral da Estremadura, estendendo-se por 10 Km no sentido Oeste-Este e por 5 Km no sentido Norte-Sul, atingindo 528 m no seu ponto mais elevado.

O seu relevo intercepta os ventos marítimos que são obrigados a subir, condensando a humidade que transportam em frequentes nevoeiros. Este fenómeno, com as consequentes precipitações ocultas, é tanto mais significativo quanto ocorre sobretudo durante o Verão, suavizando-o e reduzindo as carências hídricas da vegetação.

Os solos, geralmente graníticos, frescos e leves, muito ricos em matéria orgânica, contribuem também para as suas distintas características edafo-climáticas que lhe dão um carácter único no panorama geográfico, paisagístico e florestal português.

Ocupada sucessivamente pelos vários povos que dominaram o nosso território, a presença do homem é muito antiga na Serra de Sintra conforme testemunham numerosos restos arqueológicos.

Desde o início da nacionalidade que a beleza da paisagem, a suavidade do clima e a frescura dos bosques atraíram reis e, com eles, aristocratas, escritores e artistas. O isolamento resultante da sua natureza agreste atraiu também monges e ascetas que nela procuraram refúgio e maior proximidade a Deus, deixando velhos conventos, cruzeiros e ermidas.

A abundância de água na Serra, possibilitando uma fácil irrigação, favoreceu o povoamento e desenvolvimento da agricultura na sua base. Sintra tornou-se assim rica em quintas e palácios, cercados de jardins, hortas e pomares, onde a água murmura permanentemente nas fontes e tanques.

A ocupação humana da Serra veio alterar completamente a sua vegetação primitiva da qual sobram apenas indivíduos dispersos e alguns pequenos bosques, pouco degradados, que constituem verdadeiras relíquias de grande valor cultural e científico.

A floresta de Sintra, rica em espécies atlânticas e mediterrânicas, marca a transição entre a vegetação do norte e do sul do país, estimando-se em 901 o número de plantas autóctones, das quais 7 são endemismos locais.

Das suas antigas associações vegetais, a do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) teria tido grande expansão cobrindo os cumes rochosos e as vertentes mais desabrigadas. Nas encostas sombrias e húmidas, viradas a norte e nalguns locais mais abrigados, vivia a associação tipicamente atlântica do carvalho alvarinho (*Quercus robur*). Nas zonas mais baixas e quentes abundavam os sobreiros (*Quercus suber*) e nos terrenos calcários dominava a associação do carvalho cerquinho (*Quercus faginea*).

A ocorrência de velhos indivíduos de samouco (*Myrica faya*), do pequeno *Daphne laureola* e dos fetos *Davallia canariensis*, *Asplenium hemionitis*, *Dryopteris guanchica* e *Woodwardia radicans* e a visível expansão do vinhático (*Persea indica*) e do til (*Ocotea foetens*), constituem indícios de sobrevivência de uma possível associação de carácter macaronésico.

Destas associações faziam parte um grande número de espécies das quais, ainda hoje, se encontram indivíduos um pouco por toda a Serra: o bordo (*Acer pseudoplatanus*), a aveleira (*Corylus avellana*), o azevinho (*Ilex aquifolium*), o pilriteiro (*Crataegus monogyna*), o sanguinho das sebes (*Rhamnus alaternus*), o azereiro (*Prunus lusitanica*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o aderno (*Phillyrea latifolia*), o folhado (*Viburnum tinus*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a murta (*Myrtus communis*) e a gilbardeira (*Ruscus aculeatus*).

Nos vales, junto às linhas de água, sobrevivem restos de formações ripícolas com salgueiros (*Salix alba* e *S. atrocinerea*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), amieiros (*Alnus glutinosa*), ulmeiros (*Ulmus minor*), sabugueiros (*Sambucus nigra*) e sanguinhos de água (*Frangula alnus*).

Os fetos espreitam das fendas das rochas e abrem as suas folhas nos locais mais sombrios; os penedos e os muros estão revestidos de característica vegetação rupícola; é grande a abundância de musgos e líquenes e de plantas epífitas e trepadeiras que cobrem troncos e ramos, tudo envolvendo num espesso manto verde. Esta rica, densa e variada vegetação, à qual se juntaram o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), o pinheiro manso (*Pinus pinea*) e o castanheiro (*Castanea sativa*), constituía só por si, um valioso conjunto vegetal. Com a descoberta de novas rotas marítimas e de novos continentes, começou a introdução de plantas exóticas na Serra de Sintra. No séc. XIX, o romantismo, o despertar do interesse pela natureza e a grande curiosidade científica, levaram ao cultivo de novas espécies que muito enriqueceram os seus parques e jardins e valorizaram a sua paisagem.

São particularmente notáveis os Parques da Pena e de Monserrate, mandados plantar pelo Rei D. Fernando II e pelo rico industrial inglês Francis Cook, nos quais foram introduzidas centenas de espécies provenientes das mais diversas partes do mundo que, em parte, estão agrupadas por talhões consoante a família ou o género, ou por origem geográfica, reconstituindo paisagens e ambientes de países distantes, em perfeita harmonia e integração com o meio envolvente e a vegetação autóctone, criando a ilusão de fazerem parte da sua própria natureza.

Nestes parques históricos, algumas áreas foram valorizadas com a construção de tanques, fontes, lagos e discretos locais de lazer ao gosto romântico e sobretudo com os arranjos paisagísticos conseguidos com a utilização de espécies de grande valor ornamental como fetos arbóreos, rododendros, azáleas e cameleiras, criando ambientes de grande exotismo e beleza.

Além das europeias, os parques são particularmente ricos em espécies provenientes de zonas de outros continentes com um clima semelhante ao nosso, como é o caso das originárias das costas ocidental e oriental da América do Norte, das regiões temperadas da América do Sul, da China e do Japão, da África do Sul, do sul da Austrália e da Nova Zelândia.

Muitas das espécies introduzidas, em virtude da plena adaptação ao meio local, naturalizaram-se, tornando-se sub-espontâneas, entrando em competição com as plantas nativas.

Só em raros e privilegiados locais como na Serra de Sintra, com um clima extremamente ameno, sempre temperado e húmido, é possível encontrar vivendo lado a lado plantas de tão diversas origens, desde as dos climas temperados, às dos desertos e zonas tropicais.

Apesar do seu valor, este notável património tem vindo lentamente a degradar-se em consequência do abandono de muitas propriedades e dos incêndios que vão destruindo a sua vegetação.

A infestação de espécies exóticas invasoras, de crescimento rápido e grande capacidade de propagação como o pitósporo (*Pittosporum undulatum*), as acácias (*Acacia melanoxylon*, *A. longifolia* e *A. dealbata*) e a oliveirinha (*Hakea salicifolia*), que colonizam imediatamente os terrenos arditos aumentando sucessivamente a sua área de ocupação, constituindo autênticas pragas de difícil controlo e erradicação, que vão dominando e destruindo toda a restante vegetação, completa essa degradação, causando graves prejuízos ambientais para os quais não há ainda uma forma expedita, económica e eficaz de resolução.

A maior parte da Serra perdeu já a sua antiga riqueza vegetal, encontrando-se actualmente coberta de matos e povoamentos degradados com densidades excessivas, grande concentração de material lenhoso e acumulação de combustíveis, com um elevado risco potencial de incêndio.

O reconhecimento da existência de valores naturais, culturais e paisagísticos que urgia defender e conservar levou em 1981 à criação da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais que, em 1994, foi reclassificada e elevada à categoria de Parque Natural.

O carácter excepcional e único do seu património natural e cultural e a beleza e diversidade de uma paisagem resultante do perfeito sincretismo entre o construído e o meio ambiente e o lugar que Sintra ocupa na arquitectura europeia do período romântico, levaram em 1995 à classificação de Sintra e da sua Serra como Património da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural.

Texto elaborado pelo sócio Rui Queirós

## MEMÓRIA HISTÓRICO DESCRITIVA - SINTRA E A SUA SERRA

Sintra e a sua Serra, vivenciada desde as mais remotas idades, foi-se alentando em sucessivas manifestações estética e artísticas que, potenciadas por benfazejo clima, incentivaram a construção de uma paisagem paradigmática na geografia mundial.

Sintra, onde as exuberâncias naturais e as arquitecturas se fundem, por vezes, em extravagantes ensaios e experimentalismos emoldados de mil verdes, granjeou singular atemporalidade na unicidade de um cenário que soube encontrar eco em diferenciadas conjunturas e sensibilidades que a classificação da UNESCO, como Património Mundial/Paisagem Cultural, em boa hora, cristalizou.

Razão esta que ecoa também nas características inusitadas de uma natureza feliz e da orografia da própria Serra, com os seus cumes agudos coroados de dantescas e doiradas fragas, os seus fundos abruptos entelhados de generosa vegetação, sustentada por frescas e salutíferas águas e temperada por húmido frescor que se alonga às férteis várzeas circundantes e que, desde tempos imemoriais, tem exorado a presença humana. Razões pelas quais mitificaram, nesta finis terra do Mundo Antigo, as éguas fecundadas por Zephyrus que pariam potros mais velozes do que o vento e calcorreavam, em desenfreados galopes, o Mons Sacer de Varrão. Columela apelidou a Serra, sobranceira ao promontório agreste de Ophiussa, de Mons Lunae, mas os mais ancestrais testemunhos de ocupação humana - enquanto habitat e espaço sacralizado - remontam a épocas pré-históricas, das quais se destacam o sítio do Neolítico Antigo do Castelo dos Mouros, onde foram recolhidos abundantes artefactos; o monumento funerário da Bela Vista, datável do Calcolítico Final, que, aproveitando afloramentos rochosos existentes no próprio local, foi erigido sobre caos de blocos de granito e constitui-se de câmara circular precedida de corredor, comum, aliás, aos tholoi do mesmo período; bem como o tholos do Monge, outra sepultura colectiva com cobertura em falsa cúpula de cronologia mais recente, pois está balizada entre o Calcolítico e a Idade do Bronze e, arquitectonicamente, inscreve-se num universo meridional. Ou, ainda, o complexo sítio arqueológico da Penha Verde de prolongada e insistente ocupação que, iniciada no Epipaleolítico, se prolongou até à Idade do Bronze, em cerca de 1450 A.C, evidenciando-se, do período campaniforme, elementos caracterizadores das realidades específicas então observadas nos estuários do Tejo e do Sado. Também sob a actual Sintra foi detectado um habitat do IV e III milénios antes de Cristo, continuando os materiais do Neolítico Final e Calcolítico, exumados em activa intervenção da Câmara Municipal de Sintra em pleno Centro Histórico, a apontar para precoce e continuada mediterraneização do território, pois, a partir de dada altura, a vizinhança de uma cidade portuária de provável fundação tartéssica, a velha Olisipo, que devido à sua privilegiada situação geográfica, constituiu importante escala entre o atlântico e o Mediterrâneo, assumindo-se como verdadeiro empório comercial e cultural. O seu cosmopolitismo prematuro deveu-se, em grande parte, às relações cada vez mais intensas com as civilizações do mar interior. Assim, do Bronze Final ou período Orientalizante, de novo voltado para a bacia mediterrânica, existe, subjacente ao Castelo dos Mouros, vasto povoado, enquanto que noutra cume da Serra, no Monte do Sereno, se identificaram depósitos coevos, um deles com artefactos votivos de pedra polida e outro com machado de talão e argola. Um pouco mais além, em Santa Eufémia da Serra, noutra coruto da montanha, surgem vestígios de um habitat fortificado da Idade do Ferro, no qual se fundem elementaristicamente indígenas e outros de inequívoca origem meridional, sobretudo púnica; mais tarde, a partir do século II, o povoado foi romanizado, acabando o seu sítio cristianizado ao erigir-se ali, nas profundezas medievais, uma ermida devotada a Santa Eufémia da Serra, sacralizando-se, assim, as salutíferas e milagrosas águas das suas nascentes. E de horizonte mais vasto, com começo no Bronze Atlântico, datado do II e I milénios a.C., e prolongando-se pela Idade do Ferro adentro, destaca-se o sítio do Parque das Merendas, localizado no aro do actual Centro Histórico, enquanto que no Arraçário se descobriu uma cabrinha ex voto do Bronze Final.

Durante a romanidade, a região de Sintra integrou o territorium da civitas de Olisipo, à qual foi concedido - por César ou, como será mais provável, por Octaviano -, em cerca de 30 a.C., o estatuto de Municipium

Civium Romanorum, circunscrição onde a romanização foi profunda e venturosa nos seus aspectos mais diferenciados, como sejam, os culturais, os sociais, os políticos e os económicos, verificando-se, inclusive, a adopção por parte dos seus habitantes, agora filiados na Tribu Galeria, de gentílios romanos, com destaque para o nomen imperial Iulius. E, na própria Vila de Sintra, encontraram-se, pois, testemunhos que atestam a ocupação romana e tardo-romana do sítio, com cronologia balizada entre o século II a.C. e o século VI da Era, com especial incidência para o trecho de uma via (sob as actuais Rua da Ferraria, Calçada dos Clérigos e Calçada da Trindade) que faria a ligação do habitat romano aos agri e provável necrópole, porquanto subsiste, para além da referência no CIL II, 309 a uma inscrição funerária do século II - DIS . MANIBVS / L. LOREI . L. F. GAL / MAXIMI . ANN. XVI -, um fragmento de capeamento da mesma época. Os materiais tardios recolhidos revelam proveniência e/ou influência norte africana, nomeadamente os fragmentos de terra sigillata Clara D. Os indicadores arqueológicos, no entanto, parecem corroborar que o povoado sintrão terá sido preterido, na conjuntura visigótica, pelos agri e vicus de Chretina (actual Faião), onde se detectaram, inclusive, algumas epígrafes que terão pertencido a uma igreja do século VII.

Todos estes longuíssimos "pré-momentos" de Sintra ainda obscuros vão-nos, todavia, encaminhando paulatinamente até à definição dos contornos da Vila Património Mundial, cujas primeiras referências documentais explícitas - a Xintara árabe - datam já da época muçulmana que nos legou, também, altivo albacar que coroa o pico rochoso e agreste, sobranceiro à própria Vila (com primeiras referências documentais datadas já do século XI, mas possivelmente erigido em data anterior).

Sintra surge esplendorosa, na descrição do geógrafo Al-bacr (século X) - e que Almunime Alhimiari perpetuou -, como «uma das vilas que dependem de Lisboa no Andaluz, nas proximidades do mar. Está permanentemente mergulhada numa bruma que se não dissipa. O seu clima é são e os habitantes vivem longo tempo. Tem dois castelos que são de extrema solidez (...) é uma das regiões onde as maçãs são mais abundantes. Esses frutos atingem uma tal espessura que alguns chegam a ter quatro palmos de circunferência. Acontece o mesmo com as pêras. Na Serra de Sintra crescem violetas selvagens. Da costa vizinha extrai-se âmbar excelente». Outros textos coevos assinalam Sintra como principal centro urbano, logo a seguir a Al-Usbuna. A dimensão económica deste território assumiu proporções tais que, aquando da Reconquista, o cruzado Osberno, no texto que comumente lhe é atribuído, referiu-se-lhe como «o mais opulento centro comercial de toda a África e de uma grande parte da Europa» e espantou-se por ali existir «uma fonte puríssima, cujas águas, quem as bebe, dizem, abrandam a tosse e a tísica; por isso quando os naturais dali ouvem tossir alguém, logo depreendem que é um estranho».

Sintra foi durante a época islâmica - e à semelhança do sucedido em tempos anteriores - um dos principais pólos abastecedores da variegada Lisboa, tendo sido igualmente estratégico apoio defensivo da cidade e assim se compreende que, no prenúncio cristão, tenha sofrido ataques e efémeras conquistas, como a de Fernando Magno (870) e a de Ordonho III (949); e, já no século XII, foi atacada pelo conde D. Henrique, tendo, ainda, sofrido a violação normanda de Sigurd, o viking que, no Castelo de Sintra, massacrou todos os que recusaram a fé de Cristo. Afonso VI recebeu Sintra do rei de Badajoz, Motawakkil, em troca de protecção contra os almorávidas, mas a integração definitiva do território no então emergente reino de Portugal só ocorreu após a conquista de Lisboa, em Outubro de 1147, porquanto, isolado em território hostil, o Castelo de Sintra - e também os de Almada e Palmela - entregou-se sem luta.

D. Afonso Henriques terá, no interior da cerca amuralhada, fundado a paroquial devotada a São Pedro de Canaferrim - pequenino templo românico do qual subsistem hoje vetustas ruínas - por alturas da outorga de carta de foral à Vila de Sintra, em 1154, abrangendo vasto termo. Aos trinta povoadores foram concedidas terras fora do território sintrão, facto, de per si, revelador da manutenção de uma ordem já anteriormente estabelecida, onde predominava o moçárabe, herdeiro de remota cultura, e cuja face visível poderá radicar em anciano substracto. Em Sintra, tal revelar-se-á na própria definição do topónimo cuja forma mais antiga conhecida - Suntria -, já medieval, aponta para o radical Indo-Europeu \*Sun, "astro luminoso", "sol" e

alembra-nos, entre outros, os vestígios de gravura rupestre que existiu no Magoito, onde figura antropomórfica glorificava o sol poente que, em sucessivos círculos raiados, ia mergulhando nas frígidas águas atlânticas, no preciso instante que antecedia o breu nocturno. (E, decerto, ansiava o retorno da alvorada aquecida pela luz que ilumina e aconchega a vida).

Logo em 1157 o monarca doou à Ordem do Templo, através de Gualdim Pais, umas casas no Chão de Oliva e umas fazendas «apud Sintram» que sintomaticamente nos revelam os tempos conturbados que sucederam à tomada de Sintra, época em que também a população era constituída - para além dos moçárabes e dos agarenos que, mercê as vicissitudes da história, vieram a constituir importante comunidade de "mouros forros" radicada em Colares - por gentes das mais diversificadas proveniências, porquanto se conhecem antropónimos de origem goda, decerto reminiscências de cruzados que acompanharam Afonso I e que aqui se terão fixado ou daqueles outros que, oriundos do norte peninsular, aqui chegaram depois da Reconquista, miscigenando-se com as antigas populações autóctones portadoras de nomes de cariz moçarábico ou latino e os sefardins que habitavam bairro próprio, o mellah, ou seja, a judiaria que, então, se localizava à saída da vila e possuía sinagoga, documentada até 1503.

O continuado avanço para sul ditou o empobrecimento estratégico de Sintra e os cristãos depressa abandonaram a protecção do Castelo altaneiro e ter-se-ão fixado no Arrabalde (isto é, do genitivo Rabaldi, vila, "povoação de certo governo"), onde edificaram duas novas igrejas, a de São Miguel e a de Santa Maria - cuja necrópole esteve activa entre os séculos XIII e XVI - e, nas proximidades do Chão de Oliva, o templo dedicado a São Martinho, datando de 1253 o Treslado do Lemite, e demarcação das Igrejas da Villa de Cintra que delineou as quatro freguesias do concelho.

Foi também no século XIII que o progresso dos tempos acabou por inaugurar, nesta terra de tradição tolerante, uma nova etapa coincidente, aliás, com o reinado de D. Dinis. De facto, o monarca que terá concedido foral a Colares, contratou com os "mouros forros" daquela vila, em 1281, o pagamento de um quarto das colheitas, sujeitando-os, ainda, à obrigação de zelarem pela conservação dos «mea palacia de Oliva», das almedinas velhas do Castelo de Sintra e dos eirados da torre. E, na verdade, foi, por essa altura, que D. Dinis promoveu a realização de trabalhos de beneficiação e ampliação da alcáçova moura - a qual, por sua vez, assentava já sobre povoado proto-histórico romanizado -, dando início ao debuxo que veio a determinar a magnífica e extravagante arquitectura do Palácio real, incluindo a construção da capela gótica dedicada ao Divino Espírito Santo - e que, na era de quatrocentos, veio a receber retábulo-mor de Nuno Gonçalves - que a devota rainha Isabel, senhora de Sintra desde 1287, animou com bodos aos pobres para glória da Santíssima Trindade.

Sintra assentou-se e cresceu, então, sob amparo do Palácio que, aos poucos, se foi tornando num dos superiores centros de vilegiatura da realeza. E não fora o mortífero surto de peste negra, em 1348, o terramoto de 1356 e o facto do seu concelho ter sido truncado, em 1364, com a desanexação de Cascais, por vontade de D. Pedro I, todo este processo teria decorrido sem sobressaltos maiores, até ao dia em que o conde Henrique Manuel de Vilhena, que D. João fizera senhor de Sintra - interrompendo, assim, a tradição de doar a vila ao senhorio das rainhas - tomou o partido castelhano, conforme nos relata Fernão Lopes: D. João «foi aver os logares darredor da çidade, que por Castella tiinham voz; e teve fala com alguus de Sintra, omde estava o Comde dom Hemrrique Manuell por fromteiro, que som çimquo legoas da çidade, que lhe dessem o castello daquel logar, que he huua grande fortelleza, em huu alto e fragoso monte, e a villa ao pee delle, sem nenhuma çerca que a deffender possa».

Rendido o seu Castelo, Sintra retornou então à posse da coroa e D. João I, enamorado pelo sítio, patrocinou, por volta de 1400, a construção nos arredores da vila o Convento da Santíssima Trindade para albergue da comunidade anacoreta que, respondendo aos apelos da mística Serra, se tinha instalado nas suas fragosas faldas. D. João I promoveu também longas obras de ampliação do Paço real, acrescentando,

sob orientação de mestre João Garcia de Toledo, o mudejarizante corpo central, e não «há dúvida que (...) esteve presente o elemento mouro, não porém de forma livre e natural, mas sim como voluntário exotismo dos monarcas» e de uma tradição construtiva moirisca. Foi igualmente naquela época que se erigiu o par de pantagruélicas chaminés cónicas que evocam descomunal gula, própria de reis, e que, ao contrário do que têm afirmado as correntes historiográficas tradicionais, não radicam numa origem muçulmana, mas, antes pelo contrário, filiam-se em modelos medievais europeus.

Estadiando aqui largas temporadas, D. João fundiu os destinos de Sintra com os da gesta nacional ao receber no seu Paço frei Álvaro Camelo e o capitão-mor da frota, Afonso Furtado, que «sob o aparente disfarce de certa embaixada À Sicília, que à ida e à volta aportassem à dita cidade, e observassem com meticulosa e dissimulada atenção as condições de mar e de terra». Assim, conhecidas as fragilidades agarenas recriadas pelos espiões com feijões e cordas, pôde o monarca deliberar o ataque ao burgo norte africano, empresa de sucesso que, em 1415, marcou o início da expansão portuguesa. Foi igualmente por esta altura e por todo o século XV adentro que, consolidada em definitivo a nação e definida uma estratégia ultramarina, a corte, cada vez mais rica e anafada, foi perdendo o cariz bélico que a caracterizara e assumiu uma essência cortesã que refulgiu, com todo o seu esplendor, em Sintra: «No século XV a corte instala-se em Sintra. Nada de novo é certo. Insidiosa e viva, a tendência vinha já de outrora, afirmada nas cavalgadas cinegéticas de Afonso IV, por exemplo. Mas era uma tendência descontínua, ainda não dominante. (...) na centúria de quatrocentos, tudo parece afirmar-se com outro vigor».

D. Duarte reteve o enamoramento de seu pai pela região, a quem sucedeu em 1433, tendo escrito a propósito: «vimos a esta vila de Sintra muitas vezes ter alguns verões. E assim cremos que o farão os reis que depois de nós vierem, por acharmos a terra de muito bons ares e águas e de comarcas em que há grande abundância de mantimentos de mar e de terra, e por a nossa muito nobre e Leal cidade de Lisboa estar tão próxima, e por termos em Sintra muita folgança e desenfadamento de montes e de caças. E por termos nela nobres paços de mui espaçadas vistas», cujas obras se prolongaram século adentro, culminando apenas no grandiloquente aparato manuelino. Foi, também, no termo de Sintra que D. Duarte fez mercê ao seu físico-mor, mestre Henriques, de uma propriedade que, este, sem herdeiros, legou à Ordem do Carmo. Depois da morte do médico, ocorrida em 1449, o provincial carmelita obteve de D. Isabel, senhora de Sintra, a posse da propriedade e encarregou frei Constantino Pereira, sobrinho do condestável, de ali erigir um cenóbio, o qual acabou, por a terra ser inóspita, «só própria de paõ, e de gados, como pela falta de vizinhos» e desabrigada da fúria dos ventos, por ser transferido para ameno vale na Serra. Nesta propriedade, adjacente à ermida de Nossa Senhora de Milides - sítio onde se pôs a descoberto um campo de silos alto-medieval e importante necrópole da antiga Cella de Colares, com sepulturas escavadas na rocha - pôde-se, finalmente, erigir, por volta de 1450, o Convento de Santa Ana do Carmo que, no segundo quartel de seiscentos, o bispo D. Dinis de Melo e Castro reformou.

D. Afonso V nasceu no Palácio sintrense, em 1432, onde muitas vezes se fixou a corte e lançou o destino da conquista e descoberta africanas. Na epopeia participaram alguns sintrenses, nomeadamente, Gonçalo de Sintra, que explorou o Rio do Ouro e foi morto na angra que hoje leva o seu nome, Soeiro da Costa e Pedro de Sintra que exploraram a costa ocidental de África, do Rio Grande ao Cabo Mesurado, tendo sido, este último, capitão da armada que fundou a fortaleza de São Jorge da Mina, em 1481. E, ainda, Diogo Gomes, outro navegador que desconhecendo-se a sua naturalidade, se manteve arreigado a Sintra, onde adquiriu umas terras que constituíram a génese da Quinta do Ramalhão e desempenhou as funções de «almoxarife d-el rei», até cerca de 1480.

Cada vez mais à sombra do Palácio, a Vila - bafejada pelos numerosos privilégios e isenções que a coroa lhe ia concedendo - aperaltou-se em luxo desusado, como seja por volta de 1460, a construção em frente ao alpendre do mercado, nas imediações da Igreja de São Martinho, e entalada entre a casa da vereação e a cadeia comarcã, de imponente relógio de torre que, nas palavras de Sérgio Luís de Carvalho, era «mais um

fetichismo, um luxo urbano, que um instrumento útil para aqueles rústicos que mediam o fulgor dos seus dias e o silêncio das suas noites pelo sol e pela lua; e o passar dos meses pelas estações e feriados santos».

Em 1481, Afonso V, morreu no Palácio que o vira nascer. D. João II foi ali mesmo aclamado rei de Portugal, justificando-se, uma vez mais, a crescente importância de Sintra nos itinerários régios. A dinâmica do tecido social sintrense era, por isso e pela abundância da produtividade do seu termo, animada e, deste modo, se entenderá que, em 1493, a antiga paroquial de Canaferrim estivesse completamente abandonada. Facto que poderá, de algum modo, ter sido coincidente com o ermamento do Castelo, cuja população se fora fixando nas faldas da Serra, constituindo o bairro sintrão de São Pedro de Penaferrim - onde existe uma igreja devotada ao Guardião do Céu, na qual são ainda visíveis alguns vestígios góticos - de, onde, em finais de quatrocentos, D. Leonor reformou a Gafaria do Espírito Santo, associada à medieva instituição de assistência hospitalar, mandando construir uma ermida dos gafos dedicada a São Lázaro que ostenta, nas chaves da abóbada de cruzaria da ousia, as divisas de D. João II (Pelicano) e da rainha (Camaroeiro). E, também neste contexto, o antigo Arrabalde foi-se esmorecendo, transmudando-se em fácil e privilegiado meio - seguindo o percurso da antiga estrada romana, ainda hoje fossilizado na planimetria urbana de Sintra - de galgar a encosta do Paço/centro da Vila até ao seu bairro periférico de São Pedro de Penaferrim.

Na transição do século, reinando já D. Manuel que se empenhou na sua ampliação, o Paço ganhou um prospecto muito próximo do actual, conforme se pode ver nas gravuras de Duarte d-Armas. Assim, entre 1507 e 1510, trabalharam nas obras doze carpinteiros, dezanove pedreiros, sete serradores, quatro pintores, vinte e quatro braceiros, quatro ferreiros, um chumbeiro e quatro cabouqueiros, para além dos escravos e administrativos olvidados no rol de André Gonçalves. O rei Manuel empenhou-se igualmente em enfeitar a Vila - e o seu termo - com inusitado fausto, promovendo a realização de outras obras magnânimas, como a construção no alto da Serra de um Mosteiro, em 1511, que substituiu a pequenina ermida que assinalava o local do aparecimento da Virgem da Pena - e onde, segundo a tradição, o monarca vislumbrou a chegada a armada de Vasco da Gama vinda da Índia - que entregou à Ordem Jerónima, bem como procedeu, em 1517, à renovação do medievo Mosteiro da Penha Longa, construído em ameno vale na aba sul da Serra. E, possivelmente no âmbito da outorga de novo foral, em 1514, erigiu-se no centro da Vila elegante pelourinho - demolido nos meados do século XIX, subsistindo actualmente réplica da autoria de Manuel da Fonseca. Ter-se-á também construído, à entrada do burgo, a desaparecida ermida dedicada a São Sebastião, invocado contra a peste e santo de devoção régia, cuja administração foi entregue à Câmara e, ainda em setecentos, «no dia do Sancto vai a esta Hermida huma Procissão geral com o Clero, e o povo, acompanhando o Sennado da Camera da dita Villa, que sahe da freguezia de S. Martinho, cujo Parrocho Leva debaixo do paleo huma reliquia do Mesmo Sancto». Enquanto que a Igreja de São Martinho foi alvo de ostensiva remodelação arquitectónica de gramática manuelina, como se veio, aliás, a descobrir em restauro tardo-novecentista. Esta reforma de grande aparato foi complementada pela imposição de atilada decoração de que se conhece, hoje, apenas três tábuas do antigo retábulo produzido pelos mestres de Ferreirim e que Reis Santos datou entre 1531 e 1537. E, no seguimento do hábito régio de conceder benefícios a esta Vila, D. Catarina fundou, em 1545, a Misericórdia de Sintra e todos os bens do antigo Hospital e Gafaria de Todos os Santos passaram a ser administrados pela irmandade, tendo Cristóvão Vaz pintado, em 1581, um retábulo, de boa máquina maneirista, para a Igreja - e que se encontra, desde cerca de 1700 na sua congénere de Colares - e nos anos seguintes, os painéis colaterais do mesmo templo.

Sintra era já, por esta altura, uma vila opulenta - que contava, em 1527, com «198 vizinhos no corpo da Vila, dos quaes sam 6 cavalleiro e 22 escudeiros e 25 clerigos e 46 viuvas, e o mais he povo» -, não só pela amiudada presença do rei, mas também pela fixação de toda uma aristocracia que orbitava na corte. Poder-se-á integrar nesse contexto a edificação por volta de 1534 do Paço dos Ribafrias, em pleno Centro Histórico, por Gaspar Gonçalves, um cortesão que foi subindo na hierarquia palaciana e que D. João III nobilitou, outorgando-lhe o título de senhor de Ribafria, e que, em 1569, foi designado alcaide-mor, cargo

desempenhado por várias gerações da família; ou, já à saída do burgo, a Quinta dos Pisões que conserva ainda imponente loggia renascentista e cuja história está ligada à conjura que atentou contra D. José, em 1758. Outros nobres preferiram construir as suas villas nos arredores de Sintra, tal como fez o irmão de Gaspar Gonçalves, ao erguer a Torre dos Ribafrias (Cabriz), ou Cosimo Alffaitati que, por volta de 1540, construiu no sopé da Serra, junto à Ribeira de Colares, palácio renascentista de que subsistem vetustas ruínas. Mas, a Quinta da Penha Verde constitui, sem dúvida, emblema maior do renascimento sintrão - inaugurando o áulico povoamento da falda norte da Serra que se assumiu, já no século XIX, como paradigma romântico. De Facto, D. João de Castro foi singular na sua obra e, em 1543, criou «um conjunto único onde a paisagem domina a arquitectura (...) e onde jardins, percursos e parques formam um percurso cheio de descobertas e de vistas sobre o Atlântico», pejado de objectos exóticos que o vice-rei trouxe de outras paragens. E, dando cumprimento aos desejos do infante D. Luís que o exortou a «encher estes picos da Serra de Sintra de ermidas e de vossas vitórias, e que os visiteis e logreis com muito descanso», edificou vitruviana capela dedicada a Nossa Senhora do Monte, tendo-se mais tarde acrescido outras ermidinhas, uma devotada a São João e outra a Santa Catarina, padroeira dos Castro. Ainda na segunda metade de quinhentos e, mais além, os Castro ergueram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade que, em data indeterminada, integrou os bens da Casa de Cadaval, tendo sido restaurada em 1721, por D. Jaime, que introduziu o revestimento azulejar da capela-mor e lambril da nave, atribuído, por Santos Simões, a António de Oliveira Bernardes.

Neste cenário renascentista, acentuou-se o gosto humanista pelas artes, pelas letras e pelas ciências, tornando-se Sintra verdadeiro pólo cultural e mundano, onde, durante três longos e trabalhosos anos (1529-1532), Nicolau de Chanterenne esculpiu o alabastrino retábulo da igreja do Mosteiro da Pena, em cumprimento de sentida promessa de D. João III e de D. Catarina pelo nascimento do príncipe. Enquanto que na corte iam estadiando Gil Vicente, Pedro Nunes, Pedro Sanches, Ayres Barbosa, João de Barros, Damião de Góis e, da academia da infanta D. Maria, Paula Vicente, Joana Vaz, Leonor Coutinho, Leonor de Noronha e a toletana Luísa Sigeia, apelidada de «sol glorioso do humanismo português» e autora do poema Syntra. Frequentaram também este cenáculo Francisco de Holanda - que, por causa, do espírito chão de natureza tridentina vivido na corte do cardeal-rei e que era, aliás, avesso à arte e à tratadística neoplatónica, acabou por se refugiar na sua quinta, longe do bulício cortesão - e Luís de Camões que, segundo a tradição, evocou as grandezas pátrias ao ler ao jovem rei Sebastião Os Lusíadas, no Paço de Sintra.

Foi já no âmbito do ciclo do maneirismo de ideologia contra-reformista, do qual se destaca o Pentecostes de Diogo Teixeira, pintado entre 1589 e 1590, que, anos antes, no mesmo Paço, D. Sebastião tomou, na perseguição de um sonho feito de fé e loucura, a trágica decisão que conduziu ao desaire de Alcácer Quibir e à morte nas areias cálidas do deserto do "rei-menino". No outono de 1581 - um ano após a integração de Portugal no império Habsburgo - Filipe II esteve em Sintra. Passeou então na Serra à sombra de frondosos bosques, escutou o gorgolejar das fontes, e deleitou-se em magníficos recantos no gozo de diversificadas delícias panorâmicas. Visitou quintas, igrejas e mosteiros e impressionou-se no conventinho capucho que D. Álvaro de Castro fizera erguer por entre sombrios penedos da Serra, cumprindo uma promessa do devoto João de Castro, em 1560. De facto o Convento de Santa Cruz dos Capuchos formula - na sua modesta arquitectura e vivência contemplativa no limiar da pobreza - uma inscrição nos princípios rigoristas do pietismo cristão do século XVI, alimentado pela rainha D. Catarina e pelo seu neto que escolhera o cenóbio como refúgio místico.

Pela ausência da corte que se desenfadava em Sintra, a Vila conheceu longo e desencantado torpor, apenas quebrado por um ou outro retiro fidalgo que sem brilho animava pequenas cortes de aldeia, como nos conta Rodrigues Lobo, «retirados os títulos pelas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintas e casais, vieram a fazer Corte nas Aldeias, renovando as saudades do passado com lembranças devidas àquela dourada idade dos portugueses». Este desencantado abandono acentuou-se após a

Restauração de 1640, pois, a realeza, cada vez mais na capital, encontrara outros locais de veraneio mais de acordo as modas e gostos da época. Por isso, Sintra, ao longo de seiscentos recebeu, apenas, as visitas de D. Luísa de Gusmão e de D. João IV, respectivamente em 1652 e 1654. E, em vinte anos depois, o Paço transformou-se no cárcere do desvalido Afonso VI. Na centúria seguinte, manteve-se o mesmo esquecimento, pois, D. João V entreteve-se com a edificação do Palácio-convento de Mafra e, depois de 1747, D. Pedro gozou a construção do rococó Palácio de Queluz.

No dia de Todos-os-Santos de 1755 a terra tremeu logo pela manhã e sob a violência do terramoto grande parte da Vila de Sintra desmoronou-se, conforme nos esclarecem as Memórias Paroquiais de 1757: a Igreja Matriz de São Martinho «se arruinou de forma que apenas ficou algumas paredes, mas estas incapazes de poderem servir (...). Ficou esta Villa a mayor parte aruinada, mas ja se acha com m.<sup>tos</sup> edificios redeficados. Na mesma praça se acha a caza da misericórdia que exprimentou a mesma ruina que a freguezia, mas esta se acha ja quazi coberta», o Paço real sofreu também bastante ruína, assim como o Castelo dos Mouros e o Mosteiro de Nossa Senhora da Pena. A Paroquial de São Miguel conservou, apenas, a ousia, a de Santa Maria perdeu parte da nave e a de São Pedro de Penaferrim registou estragos mais modestos. Os trabalhos de reconstrução sucederam-se a bom ritmo como se infere da leitura do inquérito pombalino, ainda que as obras de São Martinho só tenham terminado em 1773, com a pintura de cariz vegetalista e geometrizarante dos tectos da nave e da capela-mor, por Joaquim José da Rocha - artista que se responsabilizara já, entre 1760-1762, pelo revestimento pictórico da Igreja da Misericórdia - e que as de São Miguel ao não terem prosseguido acabaram por ditar, em 1860, a extinção da paróquia, cujo termo foi integrado na vizinha freguesia que se passou a designar de Santa Maria e de São Miguel.

A magia de Sintra, no entanto, só seria redescoberta no terceiro quartel do século XVIII, quando readquiriu os pergaminhos de outrora. O clima e o exotismo das suas paisagens garantiram-lhe destacado lugar no Tour pré-romântico (foi visitada, entre outros, por Murphy, Link, Ruders, Bradford, Byron e Southey que deixaram expresso, em notáveis relatos, o seu encantamento pelo lugar). Renovaram-se, pois, os apelos da mística Serra e para este sucesso terão contribuído Gerard Devisme - que construiu, em Monserrate, singular palacete neogótico, cujo projecto foi atribuído a Elsdon -, o cônsul da Holanda, Daniel Gildemeester - que constituiu a Quinta da Alegria, em 1783 -, e a abertura do Hotel Lawrence, em 1786, uma das primeiras hospedarias da Europa. Ao longo de oitocentos, foram-se instalando novos hotéis na Vila com destaque para o Netto, o Costa e o Victor, este magistralmente descrito nas páginas queirosianas. Refira-se, por outro lado, que William Beckford estadiou em Sintra, acomodando-se, primeiro, na casa do marquês de Marialva (1787) e, depois, na Quinta do Ramalhão que redecorou a seu gosto, criando ambientes exóticos, enquanto que, na segunda visita (1794), arrendou a propriedade de Monserrate, onde realizou avultadas obras, sobretudo nos jardins. Também, em 1787, Gildemeester inaugurou o Palácio de Seteais, em magnificente festa descrita por Beckford, mas o edifício foi adquirido, logo em 1800, pelo 5.º marquês de Marialva que lhe acrescentou novo corpo simétrico que, anos depois, uniu através de grandioso arco comemorativo da visita do príncipe regente D. João, segundo projecto de Costa e Silva.

O movimento romântico que então se esboçava foi preponderante e Carlota Joaquina comprou, em 1794, a Quinta do Ramalhão ensaiando, assim, tímido retorno cortesão a Sintra e à sua Serra. Retorno que, interrompido pelos conturbados tempos de domínio francês e, depois, pela Guerra Civil, apenas se tornou efectivo após a vitória liberal. Assim, logo em 1834, o ano da extinção das ordens religiosas, o marechal-duque de Saldanha realizou trabalhos de folgo na sua propriedade sintrã, transmudando a casa ali existente em edifício neomedieval, ao qual acrescentou um pórtico manuelino proveniente do desactivado cenóbio da Penha Longa, reconhecendo, implicitamente, a existência de uma arte nacional. Em 1838, D. Fernando II adquiriu, por 700 000 reis o abandonado e semi-derruído Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, incluindo a cerca, as terras de sementeira e a mata. No ano seguinte, o rei-consorte entregou o projecto do edifício a construir no alto da Serra ao Barão Eschewege, tendo decorrido as obras do Palácio da Pena entre 1840 e 1849 e do respectivo parque botânico, delineado pelo monarca, desde 1846, tendo-se para o efeito plantado

árvores provenientes das quatro partidas do mundo. O novel edifício assumiu-se como a verdadeira jóia da arquitectura do Romantismo - «o castelo do Santo Graal» visionado por Strauss -, constituindo, no âmbito da História da Arte, uma experiência irrepetível, e que, também de algum modo, exorou a arte nacional ao incorporar no Palácio elementos artísticos dos inícios de quinhentos e outros de tradição neomanuelina. Em 1869, ano em que D. Fernando II casou com a condessa d-Edla, erigiu-se, em pleno Parque a Pena, um chalé. Desenhado pela própria condessa, o singular edifício inaugurou a "moda" dos chalés, de que o tardo-oitocentista Chalé Biester (c. 1886-1890), projectado por Luigi Manini, constitui um bom exemplo.

A circunstância histórica e arquitectónica ditou para a Sintra e para a sua Serra uma individualidade única que não se esgotou no régio Palácio da Pena. Mas que, antes pelo contrário, terá oscilado entre a teoria e a assunção da paisagem romântica, formalizando-se em arquétipos que desembocaram no vasto conjunto da arquitectura revivalista e que, aqui, entrou bem pelo século XX adentro. Assim se justificará a unicidade do pavilhão da Quinta do Relógio - edificado por volta de 1850, segundo traço de António Tomás da Fonseca - ao assumir-se como primeiro edifício inteiramente neo-árabe, incluindo a legenda dos reis mouros de Granada. E o seu parque botânico foi, depois da Pena, um dos primeiros lugares de diálogo entre a arquitectura e o entendimento romântico da paisagem, merecendo, inclusive, a admiração de Southey: «há aqui uma árvore tão grande e tão velha que um pintor devia vir de Inglaterra só para a ver. Os troncos e os ramos são cobertos de fetos, formando com a folhagem escura da árvore o mais pitoresco contraste». Foi igualmente por esta época que Carlos Sasseti erigiu, na Quinta da Amizade, cenográfica mansão que evoca o estilo florentino quatrocentista. Entretanto, sir Francis Cook, que adquirira a Quinta de Monserrate, encarregou Knowles de desenhar o novo edifício, conservando-se, todavia, a planimetria do arruinado castelinho neogótico de Devisme. O pavilhão oitocentista afirma-se na demanda do paradigma romântico e assume uma estética orientalizante, constituindo, com os seus frondosos jardins projectados por Burt (e, depois de 1887, por Oates), o «mais rico exemplo das possibilidades cenográficas da casa de campo de Sintra». Enquanto que, em 1892, António Augusto de Carvalho Monteiro, o célebre "Monteiro dos Milhões", comprou a quinta dos barões da Regaleira, onde, entre 1904 e 1911, procedeu à construção do neomanuelino palacete da Regaleira, segundo esquiço de Luigi Manini, tendo o cenógrafo italiano projectado também, como cenário fantasioso, o parque, com os seus pavilhões, lagos, grutas e "poços iniciáticos", ombreados de generosa e exótica floresta. E, de facto, a Regaleira, pela grandiosidade da sua construção tem-se assumido, a nível nacional, como uma das culminâncias da arquitectura revivalista.

Entretanto, na vila sintrense - entalada entre a abrupta encosta do Castelo altaneiro e as profundezas do vale do Arraçário -, o espaço esgotou-se no devir histórico e ditou o seu alargamento para fora do perímetro tradicional. Na verdade, foi com a construção da linha de caminho de ferro, no terceiro quartel oitocentista, que se começou a esboçar - com a edificação das casas dos engenheiros ferroviários, na "Correnteza" - o novo bairro da Estefânea, assim baptizado em homenagem à rainha casada com D. Pedro V. Em 1887, com a inauguração do combóio que substituiu o pesado e pouco fiável larmanjat na ligação a Lisboa, foi possível, no contexto regenerador de fin de siècle, propulsionar o crescimento de Sintra num outro espaço. A moderna Estefânea com as ruas largas e a pinturesca estação que recebia, uma após outra, as possantes máquinas a vapor, depressa se transformou num pólo burguês e progressista, contrastando com a silenciosa pacatez do antigo burgo que, aos poucos, foi ganhando foros de Vila Velha.

Será, pois, neste contexto de mudança onde se gerou novo centro vivêncial que a viragem do século trouxe a ligação de eléctrico à Praia das Maças, por Colares, a electrificação de Sintra e o próprio poder local sentiu necessidade em acompanhar o ritmo dos tempos. Assim, a Câmara, presidida por Vergílio Horta, deliberou abandonar a casa da vereação que ocupava desde finais de setecentos, à entrada da Vila (actual Museu do Brinquedo), e instalar-se em local mais esperançoso. O novo edifício dos Paços do Concelho (com construção iniciada em 1905), projectado por Adães Bermudes e que ostenta também um fácies revivalista com predominância para o neomanuelino, foi construído a meio caminho entre a Vila Velha e a Vila Nova - como que conciliando os dois modos de estar -, à custa da ermidinha quinhentista e do antigo

cemitério de São Sebastião, em cujo terreno se viria a erigir a Cadeia Comarcã, um castelinho medieval de planta hexagonal, igualmente desenhado por Bermudes (1906).

A despedida do fausto cortesão deu-se em plena revolução republicana, quando em vésperas de embarcar para Inglaterra, o rei deposto e sua mãe - a rainha que se encantara com o Paço de Sintra e o esmiuçara em original álbum de desenhos -, pernoitaram em sobressalto na empinada Pena. Depois, a Câmara republicana tratou de democratizar a Vila Velha, preparando-a para a acolher um outro modo de estar. Assim se compreenderá que, logo em 1912, se tenha mandado demolir os anexos do antigo Paço Real, rasgando aquele espaço, outrora fechado, em amplo terreiro delimitado por possante balaustrada, de molde a visionar-se a frontaria do edifício, tudo isto segundo projecto de Rosendo Carvalheira. Esta modificação radical do prospecto da velha Sintra foi, ao longo do século XX, acompanhada por outras iniciativas que contribuíram para a moldagem da Vila actual, nomeadamente, a demolição da nave da Igreja da Misericórdia, de forma a abrir-se o Largo Gregório de Almeida, algures na década de 1920, e, já nos anos 60, o alargamento da Volta do Duche que redimensionou o acesso ao Centro Histórico.

Foi, igualmente, nas primeiras décadas do século XX que se assistiu a profícua intervenção arquitectónica na Vila, ao projectar-se, no seu âmago, uma série de construções de cariz revivalista da autoria de Raul Lino, tais como, em 1916, a construção da Casa do Cipreste, como habitação do próprio arquitecto; em 1922, a edificação, a caminho do Arrabalde, da neo-renascentista Casa dos Penedos, com a sua grande loggia projectada sobre a planície, em 1924; a Casa Outão, em pleno bairro de São Pedro de Penaferrim, onde assenta, também, a fonte homónima (1929); e, por volta de 1926, a sóbria morada do escritor sintrense Francisco Costa, nas Murtas. Ainda no contexto do revivalismo renascença, poderá atentar-se na execução, em 1931 e a mando da Junta de Turismo de Sintra, do fontanário dos Pisões, esculpido na tradição clássica, por José da Fonseca, escultor que ensaiara já, numa experimentação mourisca, a fonte que bordeja a Volta do Duche (1920); enquanto que o arquitecto Tertuliano delineou o "manuelino" chafariz de fuste fronteiro à Câmara, inaugurado em 1914.

Entretanto, na Estefânea, um outro arquitecto, ainda, revelava no traçado do Casino (1922-1924) influências da escola francesa. Trata-se de Norte Júnior, que também residiu em Sintra, onde deixou, aliás, profícua e ecléctica obra que oscilou entre o revivalismo do prédio neo-renascentista do Largo Gregório de Almeida em pleno coração da Vila Velha (1940) e o modernista Cine-Teatro Carlos Manuel do meado do século (actual Centro Cultural Olga de Cadaval). Altura em que se começou a delinear um outro núcleo urbano, o da Portela, que se espalhou ao longo da via férrea e, inicialmente, constituiu o dormitório de Sintra, com as suas vivendas e prédios de três ou quatro andares, mas onde, hoje, se localizam alguns dos mais importantes serviços públicos, como a escola secundária, serviços municipalizados, departamentos camarários, os correios e o tribunal.

O Centro Histórico - protegido desde 1949 pelo Plano de Urbanização de Sintra, da autoria do urbanista Étienne de Gröer, que abrange também parte dos bairros de São Pedro de Penaferrim, da Estefânea e da Portela - tem-se aninhado numa falda ensombreada protegida pela Serra altaneira. As suas tortuosas e estreitas vielas espontam no monumental Palácio Nacional e os seus becos, pequenos largos ou praças impõem ritmos que surpreendem pela sua clarividência vernacular atlântico-mediterrânica, aristocrática ou erudita. Esta projecção do tecido urbano da Sintra histórica - que a Câmara Municipal de Sintra tem procurado manter e requalificar - extravasa o âmbito da própria Vila e dispersa-se pela verdejante Serra, quer seja num belo palacete, num modesto cenóbio, numa rude ermida, quer seja, ainda, num pequeno belveder, num simples fontanário ou cruzeiro constituindo, assim, a magia do lugar, pois, em Sintra, o diálogo ente o Homem e a Natureza é uma constante.

## VILA VELHA

Recentemente classificada património mundial pela UNESCO, juntamente com a paisagem envolvente, a Vila Velha compreende o núcleo urbano original donde se formou a vila, delimitado a norte pela Rua do Paço, Rua Conselheiro Segurado, Beco do Forno, Escadinhas da Pendoa e Rua Fresca; a este pelas Escadinhas do Hospital e Rua Visconde de Monserrate; a sul pela encosta da serra; e a oeste pela quinta dos Pisões. Este núcleo albergaria, nos tempos medievais, cerca de 200 fogos e mil habitantes.

A Vila Velha desenvolve-se, após a conquista de D. Afonso Henriques aos mulçumanos, numa malha urbana irregular, condicionada pelas principais vias de acesso que convergem para o centro, e que privilegia mais o espaço interior dos quarteirões do que o espaço público.

É neste período da Idade Média que se consolidam as estruturas religiosas, políticas e administrativas, de que são exemplos a igreja paroquial de São Martinho, a Sinagoga, a casa da Vereação e o **Paço Real**, antigo paço dos walis mulçumanos. O Paço era o edifício mais importante da vila, onde por vezes pernoitavam os monarcas, e à época encontrava-se murado. O terreiro fronteiro - **Chão de Oliva** - era a principal praça e logo abaixo dele ficava o **hospital**, precisamente no mesmo local onde se situa o actual. Frente a este erguia-se o **pelourinho**, embora o que hoje aí podemos observar não corresponda ao primitivo, pois esse foi destruído em 1854 por ordem camarária. Nem esse seria já o exemplar medieval, correspondendo provavelmente à renovação dos forais do reinado de D. Manuel.

A leste do hospital encontrava-se uma das principais vias de acesso à vila, para quem vinha de Lisboa. Nessa entrada, no local onde hoje se vê um fontanário, já na Idade Média se recolhia a água que jorrava da serra, pelo que esse local era conhecido por **Pedras Arrojadizas**. Em frente ficaria a **Casa da Vereação**, no local hoje ocupado pelo edifício do Museu do Brinquedo. Perto dela, ficaria o **Poço do Romão**.

Uma das principais artérias da vila era a actual **Rua das Padarias**, à entrada da qual, do lado direito, ficava o primitivo **mercado medieval**, que se fazia sob um alpendre. Subindo meia dúzia de metros, um beco à esquerda leva-nos à **judiaria**, onde viveriam cerca de meia centena de judeus, confinados a um espaço que à hora das Vésperas (sensivelmente pelas 18:00) era encerrado para só abrir na manhã do dia seguinte. A judiaria disponha de uma **sinagoga**, erguida onde hoje se encontra o terceiro prédio após a entrada no beco.

Subindo a rua das Padarias, encontramos a chamada **Fonte da Pipa**, e embora a actual fonte nada tenha que ver com a época medieval (é uma construção barroca), o que é certo é que já na Idade Média os sintrenses se abasteciam de água nesse local e a fonte tinha precisamente o mesmo nome. Outra importante rua medieval é a hoje chamada **Rua do Forno**, que actualmente passa por debaixo do patamar que sustenta a esplanada do café Paris, mas que na Idade Média estava a descoberto e se chamaria **Rua do Açougue**. Desta rua partiriam, ao que parece, túneis que ligariam ao palácio dos wallis muçulmanos, e que supostamente ainda hoje podem ser observados pelas pequenas aberturas na parede do lado direito de quem desce.

No local onde hoje se localizam os correios ficaria na Idade Média a chamada **Torre do Relógio**, inaugurado por volta de 1465; a torre e relógio que hoje aí se encontram são setecentistas. Um pouco mais à frente fica a **Igreja de S. Martinho**, que já nada conserva das suas origens medievais, excepto um interessante **arcossólio** disposto na parede exterior do lado sul da igreja, com o epitáfio de uma tal Margarida Fernandes, falecida em 1307.

## ELÉCTRICO DE SINTRA

A ideia de ligar Sintra a Colares e posteriormente à Praia das Maças surgiu em 1886. Durante vários anos foram feitas sucessivas tentativas para a concretização deste projecto que fracassaram uma a uma. Só em Novembro de 1898 foi dado um passo de gigante, quando a Câmara concedeu a Nunes de Carvalho e Emídio Pinheiro Borges, pelo prazo de 99 anos, a concessão para construir e explorar um caminho de ferro a vapor entre Sintra e a Praia das Maças, mais tarde substituída pela tracção eléctrica.

Em Julho de 1900 é constituída a Companhia do Caminho de Ferro de Cintra à Praia das Maças que em 1904 passou a denominar-se Companhia Cintra ao Oceano. Em Agosto de 1902, na zona da Estefânia começou a construção desta linha e, em Março de 1903 são encomendados à firma americana J. G. Brill Company, 13 eléctricos, sendo 7 carros motores e 6 atrelados. A 31 de Março de 1904 é aberto o primeiro troço desta linha, entre Sintra (Vila Velha) e São Sebastião de Colares, numa extensão de 8,900 metros e a 10 de Julho seguinte, foi aberto o troço até à Praia das Maças, numa extensão de 3,785 metros.

Desde o início, a vida dos eléctricos foi sempre atribulada. Em 1914 é constituída a Companhia Sintra-Atlântico que substituiu a anterior empresa que entretanto tinha falido. A 31 de Janeiro de 1930 os eléctricos chegam à pitoresca vila das Azenhas do Mar. A linha atingia assim a sua máxima extensão: 14,600 metros.

Os eléctricos de Sintra tinham entrado no seu melhor período impulsionados pelo dinamismo do seu administrador, Camilo Farinhas que dirige a Sintra-Atlântico até ao ano da sua morte, em 1946. A decadência surgirá a partir de finais dos anos 40 com o desenvolvimento dos transportes mecânicos.

A partir de 1953 os eléctricos passam a funcionar somente durante o Verão e em 1955 é encerrado o troço Praia das Maças e Azenhas do Mar. Em 1958 o mesmo acontece ao troço entre a Vila Velha e a Estação de Sintra, devido ao alargamento da Volta do Duche e do incremento do tráfego automóvel nesta zona de Sintra.

Funcionando unicamente nas épocas estivais entre Sintra (Estação) e a Praia das Maças, os eléctricos vão adquirir um estatuto muito especial, tornando-se num autêntico “ex-libris” de Sintra e conhecendo um novo período de ouro. Aos domingos e feriados, era comum ver autênticas avalanches de pessoas à procura de um lugar nos eléctricos. Não havia eléctricos que chegassem para transportar tanta gente.

Em Agosto de 1967, a Sintra-Atlântico é comprada pelo grupo de camionagem Eduardo Jorge. Com esta nova administração o investimento nos eléctricos reduz-se ao mínimo da sua sobrevivência esperando pelo fim da sua concessão pois, a exploração há muito tinha deixado de ser rentável. A degradação das infra-estruturas e material circulante tornam-se visíveis, fruto do desinvestimento por parte da empresa concessionária.

Este panorama nada animador prolonga-se até 1974, ano em que os eléctricos funcionam pela última vez até Sintra. Em de Julho de 1975 é autorizada a substituição dos eléctricos por autocarros. Apesar de todas as adversidades, a vontade de colocar os eléctricos novamente nos carris não acabou e a 15 de Maio de 1980, foi oficialmente reiniciada a circulação dos eléctricos nesta linha mas, somente entre o Banzão e a Praia.

Entre 1996/97 foi recuperado o troço entre a Ribeira e a Praia das Maças e a 30 de Outubro de 1997, a Ribeira viu novamente chegarem os eléctricos. A 4 de Junho de 2004, precisamente no ano do seu centenário, os eléctricos chegam de novo a Sintra, mais propriamente até à zona da Estefânia. De novo em funcionamento este “património sobre carris” e muitos anos depois, é com grande alegria que se voltou a ver os carros eléctricos a circular cheios de passageiros.

## IGREJA DE SANTA MARIA

Quando em 1147 D. Afonso Henriques conquistou Sintra aos mouros, procedeu à criação de quatro divisões paroquiais, sendo uma delas a de Santa Maria. Deve datar desta época a construção de uma ermida que, já no último quartel do século XIII, o prior Martim Dade manda demolir para construir uma igreja maior, dentro da gramática estilística do gótico, que então dominava o panorama artístico nacional.

O terramoto de 1755, particularmente devastador na região de Sintra, destruiu-lhe quase por completo a fachada, conservando contudo o pórtico original, inscrito em gablete e com três arcos ogivais assentes em capitéis lavrados, encimando estreitos colunelos. A geminação da porta com a construção do colunelo central, de sabor renascentista, corresponde já a alterações produzidas no século XIV. No exterior, em cada um dos flancos, rasgam-se duas portas também góticas, uma delas com a verga decorada com elementos antropomórficos.

O interior encontra-se dividido em três naves rectangulares, sendo a central mais alta e separada das colaterais por arcadas de arco quebrado assentes em finas colunas com capitéis fitomórficos, elementos de decoração tipicamente medieval que as obras posteriores não apagam. Medieval é também a abóbada artesonada da capela-mor, e, já de fase posterior, merecem destaque uma pia baptismal de estilo manuelino, uma pia de água benta renascentista e uma excelente imagem estofada e policromada, do século XVII, representando Nossa Senhora da Conceição. A iluminação é feita por frestas rasgadas na paredes e no topo, e por uma janela e rosácea na nave central ogival.

A poucos metros da igreja, na íngreme rampa que conduz a uma das entradas para o castelo, podem ser admirados vestígios da antiga Igreja de S. Miguel, (que com São Pedro, Santa Maria e São Martinho formava o quarteto das igrejas paroquiais de Sintra), hoje sede dos serviços florestais, e de que resta apenas a ábside gótica do século XIV, integrada num edifício de cariz revivalista neogótico.

## CASTELO DOS MOUROS

Sobranceiro à vila de Sintra, destaca-se pela sua implantação num maciço rochoso que se revelou extremamente útil na caracterização do mesmo como defesa intransponível. Das suas muralhas descortina-se vista privilegiada de toda a sua envolvência rural que se estende ao oceano Atlântico e que exacerba a noção do isolamento da sua posição.

Atribui-se-lhe origem mourisca (daí o seu nome) e terá sido edificado entre os séculos VIII e IX. Pela sua posição estratégica, dominando as vias terrestres que ligavam Sintra a Mafra, Cascais e Lisboa, a povoação e sua fortificação constituíam um dos principais pontos estratégicos da então província muçulmana da *Belata* (hoje área aproximada ao Ribatejo e Estremadura). Por essa razão, mudaram várias vezes de mãos, sendo inclusivamente ocupadas, no século XI, por Afonso VI de Leão.

No entanto, a sua posse definitiva para as forças cristãs ocorreu no século XII, quando D. Afonso Henriques (1112-85) conquistou Lisboa e Santarém (1147). Sintra foi entregue sem resistência, pois os seus defensores tinham-se recolhido à segurança das defesas na margem sul do rio Tejo. A Carta de Foral da Vila, com data de 1154, concedido por aquele soberano, visava assegurar o seu repovoamento e defesa.

O castelo foi, ao longo dos séculos, objeto de intervenções importantes, como a reforma de D. Sancho I (1185-1211) e mais tarde, em 1375, a reedificação, por parte de D. Fernando I (1367-83), em cujo reinado Sintra e o seu castelo sofreram o assalto das tropas de Castela.

Durante a crise de 1383-1385, a Vila e o seu castelo tomaram o partido de D. Beatriz e Castela até à batalha de Aljubarrota.

No século XV decaiu progressivamente a sua importância e no século XVI, após a expulsão dos judeus – únicos habitantes do recinto, já estava completamente abandonado. Em 1636 a torre de Menagem foi atingida por um raio e o terramoto de 1755 acabou por danificar com gravidade, não só essa torre, mas toda a estrutura defensiva em si.

No século XIX, sob o segundo reinado de D. Maria II (1834-53), por iniciativa de seu consorte Fernando II, foram promovidas amplas obras de reconstrução, de modo a combater o avançado estado de degradação em que a estrutura se encontrava. Ao gosto imaginativo da época foram adicionados locais de contemplação, caminhos de acesso e vegetação abundante. Ao longo do século XX foram também realizadas diversas obras de beneficiação. Actualmente, o monumento apresenta uma planta irregular de aproximadamente 450 m de perímetro e 12.000 m<sup>2</sup> de área.

As muralhas são constituídas por uma cintura dupla, exterior e interior. A leste ainda são visíveis vestígios da muralha exterior, onde se localiza a porta em rodízio de acesso ao recinto. A segunda muralha possui um adarve, sendo ameaçada e reforçada por cubelos quadrangulares e um circular. Apresenta cinco torres: quatro de planta rectangular e uma de planta circular encimadas por merlões piramidais, já sem vestígio dos dois pisos e do sistema de cobertura primitivos. A torre na cota mais elevada, conhecida também por Torre Real, tem acesso através de uma escadaria de 500 degraus e consta que lá terá vivido o poeta Bernardim Ribeiro.

Além das muralhas ameaçadas, cubelos e adarves, o conjunto é completado por diversas rampas e escadarias de acesso. Um outro elemento digno de nota é a porta árabe em arco em ferradura. No perímetro do castelo existem ainda várias tulhas ou silos árabes, actualmente cobertos de entulho. O mais conhecido é o que se localiza na Torre de Menagem, sob o qual, segundo a lenda de Rio de Mouro, existia um túnel que ligava o castelo a esta localidade.

A cisterna é, ao que tudo indica, a construção mais genuinamente muçulmana de toda a região sintrense. Abastecida pela água da chuva através de quatro manilhas situadas nos seus cantos superiores, destinava-se o prover as necessidades dos habitantes do castelo e o Paço da Vila. Somente há pouco tempo é que deixou de funcionar, sendo ainda visível um sifão com o qual se retirava a água. Tem planta rectangular, com 18 m de comprimento, 6 m de largura e 6 m de altura, da soleira da porta ao pavimento, e 3 m daquela ao fecho da abóbada. Esta última é de canhão, e nela se abrem duas clarabóias. O pavimento é de lajes de granito.

No interior do castelo, próximo ao Portão de Armas, ergue-se a capela de São Pedro de Canaferrim, que remonta à época de D. Afonso Henriques. Em estilo românico, apresenta planta longitudinal e nave única sem cobertura. A capela-mor com abóbada de berço é de planta rectangular e apresenta vestígios de frescos. A capela tem dois portais, um de arco pleno de dupla volta assente em colunelos de capitéis decorados e outro com arco duplo apoiado em colunas semelhantes às referidas anteriormente com capitéis com motivos fitomórficos. Escavações na capela trouxeram à luz a existência de diversos túmulos de uma antiga necrópole medieval.

## **PARQUE DA PENA**

A história deste palácio e do parque envolvente podia começar em 1836, data em que D. Maria II casou com D. Fernando, príncipe de Saxe-Coburgo-Gota. No entanto, começa bastante mais cedo.

Onde hoje se encontra o palácio existiu uma ermida e, mais tarde, um mosteiro. Pensa-se que a ermida tenha sido erigida no século XIV e, segundo a tradição, devido à descoberta de uma imagem milagrosa no alto da serra, numa penha. A ermida foi consagrada a Nossa Senhora da Penha. Segundo a lenda, o mosteiro deve a sua existência a D. Manuel I, que mandou erguer, em 1503, o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, confiado à ordem de São Jerónimo (o nome Pena é uma corruptela de "Penha").

Em 1838, D. Fernando II compra as então ruínas do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, bem como toda a mata circundante. Ao adquirir aquelas ruínas, D. Fernando não tinha a intenção de acrescentar nenhuma nova edificação, mas sim reabilitar o velho mosteiro. No entanto, por volta de 1840, pede ao barão Von Eschwege que lhe apresente os projectos para o novo anexo - o "Palácio Novo". Aproveitando os claustros, a capela quinhentista e mais alguns anexos, D. Fernando concebeu um palácio-castelo, que seria a expressão viva do ideal romântico. O Palácio da Pena situa-se historicamente, e em pé de igualdade, entre os castelos do Reno de Frederico-Guilherme IV da Prússia e os do rei Luís II da Baviera, antecedendo estes em cerca de trinta anos.

O Parque da Pena começou a ser plantado por volta de 1840, também por iniciativa de D. Fernando, tendo demorado algumas dezenas de anos a ser concluído. Além das espécies florestais nativas da Europa, foram introduzidas muitas outras originárias de regiões distantes - em especial da América do Norte, da Ásia e da Nova Zelândia -, tendo-se assim constituído um arvoredo de grande importância científica e cultural. A intervenção botânica na serra foi imensa, pois a imagem profundamente arborizada que hoje todos conhecemos deve-se ao persistente e estético esforço do rei. O que se nos depara no Parque da Pena não é tanto um jardim, mas sim uma paisagem. O palácio e os jardins foram concebidos como um todo.

**Cruz Alta** Localizada no ponto mais alto da serra de Sintra, atingindo os 528 metros. O seu nome deve-se a uma cruz que lá foi colocada no século XVI, por ordem de D. João III. Esta cruz foi atingida várias vezes por relâmpagos, estando neste momento a ser restaurada devido ao último raio que a atingiu.

**Alto de Santo António** O seu nome deve-se a uma capela circular que aí existia, dedicada a Santo António. O projecto do Templo das Colunas que lá se encontra actualmente deve-se ao pai de D. Fernando.

**Alto de Santa Catarina** Segundo consta, este seria o miradouro preferido de D. Amélia, mulher do rei D. Carlos I. É também por esse motivo que o "banco" que aqui se encontra talhado na rocha granítica é chamado de "Banco da Rainha".

**Gruta do Monge** Ainda no tempo do mosteiro, era um dos locais utilizados pelos frades jerónimos como local de meditação e recolhimento.

**Fonte dos Passarinhos** Pavilhão de influência árabe, com base octogonal, encimado por uma cúpula esférica com uma inscrição em árabe, na qual se alude à grandiosidade da obra de D. Fernando, comparando-a à de D. Manuel I.

**Feteira da Rainha** É constituída por uma colecção de fetos, alguns originários da Oceânia, a que se juntam os castanheiros, faias, carvalhos e uma tuia gigante, oriunda da América do Norte.

**Tanque dos Frades** Localizado no topo do Jardim das Camélias, é um dos raros vestígios do tempo dos frades. É também um dos poucos jardins formais de todo o parque.

## "CHALET" DA CONDESSA D'EDLA

Elisa Frederica Hensler, de origem alemã e grande cantora cuja reputação verdadeiramente internacional adquiriu através das suas soberbas interpretações nas mais significativas capitais europeias (incluindo Lisboa, onde se apresentou, pela primeira vez, em 23 de Fevereiro de 1860), recebeu do Príncipe Ernesto II, de Saxe, o título de Condessa d'Edla. Posteriormente, em 1869, desposou D. Fernando II, que enviudara 16 anos antes. Partilhando do entusiasmo do monarca pelas obras de construção do Palácio e Parque da Pena, iniciadas em 1839, contribuiu para o enriquecimento dos imensos jardins, quer através da plantação da conhecida "Feteira da Condessa", quer introduzindo raras espécies provenientes da América do Norte, país onde passara parte da sua juventude.

Ainda em 1869, mandou erguer, em pleno Parque, um curioso *chalet*. O estilo arquitectónico do edifício, traçado pela própria Condessa d'Edla, antecipou-se e, de certa forma, preconizou a "moda de *chalets*" que, em finais de oitocentos, se fez notar sobretudo em Sintra e na Costa do Estoril. A planta apresenta-se rectangular ao nível do rés-do-chão e cruciforme no primeiro andar. As fachadas de alvenaria imitam longas tábuas, ao jeito da arquitectura rústica da América do Norte. Ali, as ombreiras dos arcos quebrados, das portas e janelas, bem como as dos pequenos "olhos de boi", são trabalhadas em cortiça. Sobressai deste conjunto homogéneo uma típica varanda de madeira que circunda o piso superior. As coberturas, de telha antiga portuguesa, não apresentam significativa inclinação, sendo o beirado, todo ele, romanticamente enfeitado por uma sucessão de arquinhos góticos. No interior, o vestíbulo apresenta um fresco com a mesma imitação de tábuas de madeira em "tromp-l'oeil". No salão, os cantos encontram-se profusamente ornamentados com troncos bem modelados em estuque, enriquecidos por nervuras de cobre e ramagens que se entrelaçam nas cornijas. Na sala de estar, as paredes integralmente revestidas a cortiça, ostentam incrustadas pequenas placas de madeira pintada, cujo desenho geométrico se destaca sobre o fundo sombrio. Este tipo de decoração observa-se ainda num dos aposentos do piso superior. Por sua vez, o quarto da Condessa está decorado com singelas rendas brancas delineadas, sobre fundo azul escuro. A pintura das restantes divisões, imitando tecido, aprofunda sobremaneira a ambiência romântica envolvente.

Após a morte de D. Fernando, em 1885, a Condessa d'Edla herdou o Palácio e o Parque da Pena. Mais tarde, na sequência de uma campanha de opinião pública contra este legado, a Condessa vendeu todos estes bens ao Estado Português, conservando, porém, o usufruto do seu *chalet*.

## IGREJA DE SÃO PEDRO

A igreja de S. Pedro de Penaferrim, fundada no século XIV, apenas conserva da sua época medieval a abside, amparada por quatro contrafortes, já que no século XVI (1565) foi ampliada e reconstruída quase por completo, por ordem de D. Álvaro de Castro, filho do vice-rei da Índia D. João de Castro. A D. Álvaro de deve outra obra mais conhecida, o célebre Convento de Santa Cruz ou Convento dos Capuchos, erguido em cumprimento de um voto de seu pai. O edifício actual da Igreja de S. Pedro é pois o resultado dessas obras quinhentistas e de sucessivas intervenções (mormente para remediação dos estragos provocados pelo terramoto de 1755), e mostra-nos um templo de uma só nave com abóbada em estilo manuelino e as paredes laterais revestidas por azulejos azuis e brancos, do século XVIII. O portal é barroco e ornado com as armas do arcebispo de Lisboa D. Tomás de Almeida. No interior do templo podemos observar uma escultura gótica de S. Pedro em pedra de Ançã, datada do século XV e oriunda da capela românica de S. Pedro do castelo.

Informação compilada pelo sócio Rui Queirós, com textos de diversos sites sobre Sintra, da net.

